



Relatório e Contas | Junho

## **IMGA Portuguese Corporate Debt**

Fundo de Investimento Mobiliário Aberto

**i m** gestão de ativos  
sgoic

# 2025

# Índice

<b>Relatório de Gestão</b>	3
Nota Introdutória	4
Síntese da Evolução dos Mercados	5
Principais Eventos	10
Desempenho Fundos de Obrigações	13
Informação relativa à Gestão do Fundo	15
Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade	17
Eventos Subsequentes	18
Notas Informativas	19
<b>Balanço</b>	31
<b>Demonstração de Resultados</b>	34
<b>Demonstração de Fluxos de Caixa</b>	36
<b>Anexo às Demonstrações Financeiras</b>	38
<b>Relatório de Auditoria</b>	48



i m | g | a |

Relatório de Gestão

## Relatório de Gestão

### Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos de Obrigações

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

### Balanço

### Demonstração de Resultados

### Demonstração de Fluxos de Caixa

### Anexo às Demonstrações Financeiras

### Relatório de Auditoria

O Fundo IMGA Portuguese Corporate Debt constituiu-se em 12 de abril de 2024 como Fundo de Investimento Mobiliário Aberto, com duração indeterminada.

O fundo tem Unidades de Participação da Categoria P (constituída em 16 de maio de 2024) e Categoria R (constituída em 27 de junho de 2024). A Categoria I constituiu-se a 12 de abril de 2024 mas não tem participantes à data.

**Relatório de Gestão**

Nota Introdutória

**Síntese da Evolução dos Mercados**

Principais Eventos

Desempenho Fundos de Obrigações

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

**Balanço****Demonstração de Resultados****Demonstração de Fluxos de Caixa****Anexo às Demonstrações Financeiras****Relatório de Auditoria****Síntese da Evolução dos Mercados**

O primeiro semestre de 2025 ficou marcado por elevados níveis de volatilidade, quer económica, quer nos mercados financeiros e respetivo aumento dos riscos de abrandamento severo do ritmo de atividade, em larga medida induzidos pelas políticas da nova Administração Trump.

Logo à partida, a expectativa era de desaceleração do ritmo de crescimento económico das principais economias mundiais, para um regime mais próximo do potencial. O ciclo económico previa-se, ainda assim, suportado por fundamentais resilientes, como a solidez do balanço das famílias e empresas na generalidade das economias desenvolvidas, por níveis ainda robustos de crescimento do rendimento real disponível, e pelo impulso relacionado com os cortes de taxas diretoras dos bancos centrais e as políticas orçamentais mais expansionistas em alguns países.

Apesar de as expectativas macroeconómicas não estarem desajustadas da realidade, o tema dominante do primeiro semestre de 2025 foi o impacto das políticas e da retórica da Administração Trump.

Efetivamente, desde o início do seu segundo mandato, Donald Trump executou um número recorde de ordens executivas, que incluíram desde a reversão de medidas/políticas da administração anterior, até à imposição de tarifas comerciais na persecução de múltiplos desígnios de política externa.

O recurso a este instrumento evoluiu em crescendo. Logo no dia da inauguração, Donald Trump emitiu um memorando denominado “America First Trade Policy” que instruiu a investigação de práticas comerciais injustas a vários departamentos governamentais, assim como a viabilidade da criação de um serviço externo de receitas para cobrar tarifas e outras receitas relacionadas com o comércio externo, e a análise das causas dos défices comerciais dos EUA e as suas implicações económicas para a segurança nacional, recomendando medidas como uma tarifa suplementar global para suprir tais défices.

Seguiram-se múltiplos anúncios de tarifas, que visaram numa fase inicial o México, o Canadá e a China (25%, 25% e 10%, respetivamente), no âmbito da crise de opióides nos EUA, que viriam a ser reforçadas no caso chinês para 20%. Foram ainda implementadas tarifas setoriais sobre os automóveis, o aço e o alumínio e mesmo, de forma mais mediática e extrema, tarifas “recíprocas” generalizadas com a quase totalidade dos parceiros comerciais dos EUA (excluindo a Rússia, Bielorrússia, México, Canadá e Cuba), que variaram entre um mínimo de 10% e um máximo de 50%.

A pressão diplomática/judicial doméstica e a resposta à reação tumultuosa dos mercados financeiros, estiveram na origem da “pausa” das tarifas recíprocas, anunciada por Donald Trump no dia 9 de abril. A referida pausa

fixou as tarifas recíprocas durante um período de 90 dias (até 9 de julho) num nível base de 10%.

Apesar da postura hostil dos EUA, as retaliações dos seus parceiros comerciais foram relativamente contidas, à exceção da China, que depois de igualar a tarifa recíproca dos EUA (34%), desencadeou uma escalada contínua de ambas as partes. Esta escalada culminou em tarifas de 145% cobradas pelos EUA e 125% de tarifa chinesa sobre os bens norte-americanos, níveis que ameaçaram paralisar as trocas comerciais, impactar o funcionamento das cadeias de abastecimento e mesmo uma recessão global.

Desde então, e até ao final do primeiro semestre, assistiu-se a um retrocesso relevante das tarifas dos EUA.

Depois de um período de suspensão das conversações entre os EUA e a China, cedências de ambas as partes relacionadas com o restabelecimento do fornecimento de bens e de outras matérias de cariz diplomático, permitiram reduzir drasticamente as tarifas cobradas por ambos os blocos, para 30% pelos EUA e para 10% pela China.



Não obstante, o nível médio de tarifas cobradas pelos serviços fronteiriços dos EUA permanece, mesmo depois do retrocesso das tarifas dos EUA sobre os bens provenientes da China, historicamente elevado. Depois de atingir um nível máximo estimado de aproximadamente 30% em abril, a tarifa média terminou o trimestre próxima de 15%, o que ainda assim representa o patamar mais elevado desde 1938. Nota adicional para o facto de estarem ainda pendentes tarifas setoriais, sobre os fármacos, a madeira, os semicondutores, o equipamento eletrónico, o cobre, etc., que poderão impulsionar o nível médio das tarifas dos EUA para níveis próximos ou mesmo acima de 20% nos próximos meses.

A imposição de tarifas originou um fenómeno de antecipação de importações, o que impulsionou as exportações de vários blocos económicos para os EUA e, conseqüentemente, também o perfil de crescimento do PIB no primeiro trimestre de 2025. A União Europeia esteve entre os principais beneficiários deste fenómeno, com as exportações da região para os EUA a exibirem um crescimento de 74,1% em março, comparativamente ao nível de final de 2024 e de 64% em termos homólogos.

Destaque principal para o crescimento das exportações da Irlanda (+396,6% face ao período homólogo) e da Suíça (+342,9% em termos homólogos).

O impacto das políticas da Administração Trump à escala global não se resumiu à temática das tarifas comerciais. A postura adversa contra a União Europeia, no âmbito geopolítico, com destaque para o afastamento dos EUA da UE em matérias como o apoio militar à Ucrânia, teve implicações significativas na região. Desde logo, poucos dias após a vitória nas eleições na Alemanha, a 23 de fevereiro, a CDU iniciou conversações com o SPD para a formalização de uma coligação governativa e para a flexibilização do travão da dívida. O resultado das conversações seria revelado apenas alguns dias depois, com um acordo preliminar para um fundo de investimento em infraestruturas de 500 mil milhões – equivalente a cerca de 11% do PIB – e para o reforço substancial dos gastos em defesa.

De forma relacionada, foi igualmente lançada a iniciativa ReArm da UE, que entre outras medidas oferece assistência financeira para gastos em defesa e permite a ativação da cláusula de escape, um mecanismo de flexibilização que prevê um

desvio temporário das regras de disciplina orçamental para acomodar o aumento dos gastos em defesa pelos Estados-Membro da união.

Em suma, a expectativa de maior impulso orçamental na região e de investimento/revitalização da competitividade da economia alemã originou perspetivas macroeconómicas mais benignas para a Área do Euro, embora maioritariamente numa perspetiva de médio-prazo.

Como referido anteriormente, o fenómeno de antecipação das tarifas comerciais significou distorções económicas significativas ao longo do primeiro trimestre de 2025. O PIB dos EUA contraiu 0,5% no primeiro trimestre do ano, o que correspondeu ao pior trimestre desde 2022. O consumo privado cresceu apenas 0,5%, o pior trimestre desta rubrica desde o pico da pandemia, impactada pelas condições meteorológicas desfavoráveis nos meses de janeiro e de fevereiro.

A formação bruta de capital fixo cresceu 1,3% no período, impulsionada pelo investimento em equipamento, potencialmente relacionado com a antecipação das tarifas. Ainda assim, as rubricas mais

impactadas por esse tema foram as importações (crescimento anualizado de 38%, que motivou um contributo negativo das exportações líquidas de -4,6%) e a acumulação de inventários (contributo de +2,6% para o crescimento anualizado do PIB no 1º trimestre).

Tendo em conta a origem da contração do PIB nos primeiros três meses do ano, muito baseada na antecipação de importações e em outros fatores transitórios, antecipa-se alguma recuperação no segundo trimestre. Ainda assim, é esperado um crescimento modesto no segundo semestre de 2025, fruto do impacto económico negativo da agenda económica da Administração Trump, assim como do menor ímpeto do investimento em estruturas e da menor dinâmica do mercado laboral.

Ao contrário dos EUA, a Área do Euro viu-se penalizada por um conjunto de fatores que condicionaram o seu ritmo de crescimento no período pós-COVID, entre os quais um menor impulso orçamental, o impacto da crise energética e o menor impulso associado ao investimento tecnológico.



Mais recentemente, a expansão orçamental, a queda dos custos energéticos e os cortes de taxas de juro do Banco Central Europeu deverão contribuir para um enquadramento económico mais favorável na região.

Por outro lado, apesar da retoma do ritmo de crescimento da Área do Euro nos últimos quatro trimestres, e em particular no primeiro trimestre de 2025 (+0,6% em cadeia), e de esta ter assentado num desempenho razoável do consumo privado, houve igualmente contributos significativos de rubricas de investimento impulsionadas pelo desempenho da Irlanda, a par do contributo relevante do crescimento das exportações no primeiro trimestre de 2025. É, assim, expectável que o ritmo de crescimento nos próximos trimestres seja mais modesto, com base na reversão parcial do crescimento das exportações e no impacto económico das tarifas comerciais dos EUA.

O crescimento de 1,2% em cadeia do PIB da China nos primeiros três meses de 2025 constituiu uma surpresa positiva para os investidores, assente no bom desempenho do consumo privado, na resiliência das exportações e no crescimento suportado do investimento não residencial. Não obstante,

continua a ser notório o papel dos estímulos orçamentais e monetários, com vista à dinamização da procura doméstica, sendo expectável o anúncio de estímulos adicionais até ao final de 2025. Em oposição, a situação vulnerável do mercado imobiliário manteve-se no decorrer do primeiro semestre e apesar das medidas estatais para estabilizar este segmento, não se projeta uma retoma relevante neste segmento até ao final de 2025.

A trajetória inflacionista manteve-se globalmente descendente ao longo dos primeiros seis meses do ano, embora no caso das principais economias desenvolvidas ainda em níveis próximos ou acima do objetivo dos bancos centrais.

Depois de leituras algo pressionadas entre dez-24 e jan-25, a inflação nos consumidores nos EUA retomou a trajetória de arrefecimento nos meses seguintes, o que contribuiu para o retrocesso da inflação homóloga para 3,4% em maio, próxima de mínimos desde o início de 2021. Embora a inflação no segmento dos serviços permaneça excessiva, em 3,4%, o seu nível é já algo inferior aos 3,9% no final de 2024.

Não obstante a evolução algo favorável da

inflação nos EUA ao longo dos últimos meses, são já visíveis alguns sinais de contágio das tarifas na inflação, uma tendência que se deverá acentuar nas leituras inflacionistas do terceiro trimestre do ano. Esta tendência estará não só relacionada com a transmissão (pelo menos parcial) das tarifas aos consumidores, mas também com o impulso inflacionista decorrente da depreciação do dólar. Por outro lado, a quebra da cotação das matérias-primas energéticas e da inflação nos serviços, em particular no segmento imobiliário, poderão anular parte da aceleração da inflação perspectivada para os EUA.

A inflação europeia confirmou as expectativas de retrocesso ao longo do primeiro semestre de 2025, com um abrandamento de 2,5% para 2% da inflação total, em termos homólogos, entre dezembro de 2024 e junho de 2025. Embora a inflação subjacente permaneça ainda acima do objetivo do banco central, também essa rubrica assinalou uma moderação de 2,7% para 2,3%, no mesmo período. À semelhança do caso norte-americano, também aqui a inflação nos serviços permanece pressionada (3,3%), embora igualmente numa trajetória

descendente desde o final de 2024 (4,0%), sendo expectável que a desaceleração do crescimento dos salários consolide o retrocesso da inflação nesta rubrica. A valorização do euro e a queda dos preços das matérias-primas energéticas estão igualmente entre os potenciais drivers das menores pressões inflacionistas esperadas no segundo semestre de 2025.

O perfil de desinflação e as perspetivas de continuidade deste processo na Área do Euro contribuíram para a postura ativa do Banco Central Europeu, com cortes acumulados de 100 pontos base da sua taxa diretora, para 2% em junho. De acordo com estudos empíricos do banco central, a sua taxa diretora estará agora no intervalo estimado (entre 1,75% e 2,25%) para a taxa de juro de equilíbrio/neutral. Tal deverá significar uma postura mais expectante do banco central no segundo semestre.

O BCE deverá ainda assim voltar a cortar a sua taxa diretora em 2025, com enviesamento para cortes adicionais em caso de abrandamento económico mais pronunciado ou de uma desaceleração mais significativa da inflação.



O perfil modesto da inflação justificou cortes pronunciados de outros bancos centrais, incluindo os 100pb do Banco Central da Dinamarca e os 50pb do Banco Central da Suíça, para 1,6% e 0%, respetivamente. Apesar dos níveis ainda excessivos da inflação, também o Banco de Inglaterra cortou as suas taxas diretoras em 50pb em 2025.

Numa perspetiva relativa, a missão da Reserva Federal dos EUA é francamente mais desafiante. Não obstante o progresso desinflationista atingido nos últimos meses, esta não só permanece acima do objetivo, como deverá acelerar no decorrer do segundo semestre do ano, o que, em combinação com o perfil ainda resiliente da generalidade dos indicadores de atividade, justificou a ausência de cortes de taxas diretoras pelo banco central, bem como a sua retórica mais cautelosa, pese embora os níveis ainda historicamente elevados da sua taxa de referência (4,5%).

Em contraciclo com os demais, o Banco do Japão voltou a subir a sua taxa diretora em janeiro, no seguimento da evidência de fortalecimento das pressões inflacionistas, embora estas dinâmicas ainda estejam pelo menos em parte relacionadas com a depreciação do iene.

O clima de incerteza macroeconómica e geopolítica descrito esteve na origem do aumento significativo da volatilidade dos mercados financeiros ao longo do primeiro semestre de 2025.

Embora os cortes de taxas de juro do BCE tenham mantido as taxas de juro de mercado ancoradas nas maturidades mais curtas dos emitentes da região (-22pb desde o início de 2025 na Alemanha), o aumento dos gastos em defesa e em infraestruturas, a perspetiva de aumento da emissão de dívida e a antecipação de maior crescimento potencial alimentou subidas das taxas de juro das maturidades mais longas e originou o aumento da inclinação da curva de rendimentos.

Assistiu-se assim a uma subida de 24pb das taxas de juro com maturidade a 10 anos da Alemanha, para 2,6%. A variação de taxas em França, Espanha e Portugal foi mais contida, o que originou estreitamentos dos respetivos spreads. A perceção de estabilidade política em Itália e o sucesso na gestão das necessidades de financiamento contribuíram mesmo para a queda da yield a 10 anos no primeiro semestre do ano, o que conduziu o respetivo *spread* contra a Alemanha a mínimos desde 2010 (87pb).

Nos EUA, o movimento a taxa de juro a 10 anos foi descendente (-34pb), para 4,23%. O prazo com maturidade a 2 anos assinalou uma quebra mais pronunciada, de 52 pb, fruto da expectativa de cortes de taxas diretoras pela Fed, com vista à minimização dos impactos económicos adversos da Administração Trump.

Os movimentos descritos das curvas de taxa de juro traduziram-se em ganhos para os índices governamentais, mais modestos para o índice europeu, que valorizou 0,52%, enquanto o índice de dívida agregada norte-americana ganhou 3,02% no semestre (em moeda local).

O desempenho da dívida empresarial europeia contou não só com o contributo dos níveis atrativos de taxas, mas igualmente do estreitamento adicional dos spreads de risco, tanto no segmento de *investment grade* como na dívida *high-yield* (-10 e -6pb no semestre), o que resultou em valorizações de 1,39% e 2,73%, respetivamente.

O segmento de dívida subordinada de financeiras esteve novamente em destaque pela positiva, com o enquadramento favorável para o setor a possibilitar estreitamentos adicionais dos *spreads* (25pb

no semestre) e um dos retornos absolutos mais pronunciados do segmento de rendimento fixo em euros (+4,2%).

Apesar da volatilidade exibida pela dívida empresarial *high-yield* dos EUA – relacionada com a evolução dos riscos de recessão – e da subida (marginal) do spread desse segmento no semestre, o nível absoluto de taxas (*carry*) e a queda da taxa de juro soberana contribuíram para ganhos de 4,6% no período. A dívida empresarial *investment grade* dos EUA valorizou 1,8% no semestre.

Ainda no rendimento fixo, a performance da dívida de mercados emergentes, em dólares, esteve em plano de destaque, fruto do *carry* atrativo, com rendibilidades entre 4,2% e 4,7% da dívida empresarial e soberana no semestre, respetivamente.

A trajetória de depreciação do dólar beneficiou o segmento de dívida de mercados emergentes em moeda local e resultou numa valorização próxima de 12% desse segmento.



Apesar do enquadramento macroeconómico descrito e do surgimento de forças potencialmente disruptivas – como o *Deepseek* – os mercados acionistas dos EUA mantiveram-se resilientes e somaram ainda assim ganhos. Não obstante a compressão dos múltiplos dos principais índices, estes mantiveram-se suportados pelo crescimento resiliente dos resultados empresariais e pelo *guidance* ainda favorável, o que resultou em valorizações de 5,5% quer do S&P500 quer do Nasdaq.

O perfil de ganhos setoriais foi liderado pelos setores industrial (+11,96%), de telecomunicações (+10,6%) e de financeiras (+8,4%), com consumo discricionário (-4,2%) e de saúde (-2,0%) entre os piores. As

empresas de menor capitalização bolsista voltaram a estar pressionadas (-2,5%).

Na Europa, o índice MSCI valorizou 9,2%, impulsionado pela valorização das praças alemã (+20,1%) e espanhola (+20,7%), com o índice francês CAC entre os menos bem-sucedidos (+3,9%) no semestre.

Os títulos de menor capitalização bolsista beneficiaram da expectativa de maior dinamismo da procura doméstica europeia e somaram uma valorização semestral de 12,6%.

Nos mercados cambiais, a moeda única europeia esteve em plano de destaque contra o cabaz dos seus parceiros comerciais

e encerrou o período com uma apreciação de 5,9%, beneficiada pelas perspetivas mais favoráveis para o crescimento potencial da região.

Não obstante a diferenciação de políticas monetárias entre os EUA e a Área do Euro ao longo do primeiro semestre de 2025, o euro averbou ainda assim ganhos de 13,8% contra o dólar dos EUA, com base na deterioração das perspetivas económicas para os EUA, na erosão associada à trajetória orçamental e da dívida pública, bem como outras políticas nocivas da Administração Trump. O cabaz representativo das divisas de mercados emergentes valorizou cerca de 8% no primeiro semestre de 2025.

O índice agregado de matérias-primas valorizou 3,3% nos primeiros seis meses do ano, embora marcado por uma elevada disparidade de performances.

O segmento com maiores ganhos foi o de metais preciosos, com valorizações de 26% do ouro e de 25% da prata, acompanhados pela valorização de 23,5% do cobre. Apesar do insucesso de Trump nas negociações de paz entre a Rússia e a Ucrânia, e da intensificação das tensões geopolíticas no Médio Oriente, as perspetivas económicas mais fragilizadas e o aumento de produção da OPEP resultaram numa quebra superior a 8% da cotação do barril do Brent.

## Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

### Principais Eventos

Desempenho Fundos de Obrigações

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

### Balanço

### Demonstração de Resultados

### Demonstração de Fluxos de Caixa

### Anexo às Demonstrações Financeiras

### Relatório de Auditoria

## Principais Eventos

### NOVAS ENTIDADES COMERCIALIZADORAS

A **11 de abril** foi incluído o **Banco Bic Português** como entidade comercializadora da Categoria A do Fundo IMGA Money Market Eur.

### NOVOS FUNDOS

#### ● **IMGA Crescimento PPR/OICVM**

A **30 de abril** foi autorizada pela CMVM a constituição do Fundo IMGA Crescimento PPR/OICVM – Fundo de Investimento Aberto de Ações de Poupança Reforma.



**ATUALIZAÇÕES/ALTERAÇÕES DOS DOCUMENTOS CONSTITUTIVOS DOS FUNDOS GERIDOS PELA SOCIEDADE**

● A **18 de fevereiro** foi concluído o processo da 1ª atualização anual dos documentos constitutivos de toda a oferta de fundos de investimento mobiliário da IMGA.

● A **14 de maio** foi concluída a 2ª atualização anual obrigatória dos documentos constitutivos dos fundos, com a Taxa de Encargos Correntes (TEC) atualizada com referência ao ano de 2024.

**PUBLICAÇÃO DOS RELATÓRIOS E CONTAS DOS FUNDOS GERIDOS PELA SOCIEDADE**

● A **30 de abril** foram publicados no sítio da CMVM os Relatórios e Contas anuais dos fundos IMGA.

**INFORMAÇÕES RELACIONADAS COM A SUSTENTABILIDADE**

● A **30 de junho** foi publicada a “Declaração relativa aos principais impactos negativos das decisões de investimento sobre os fatores de sustentabilidade”, relativa ao ano 2024.



## EVENTOS REGULATÓRIOS

- 
- A horizontal timeline with three circular markers. The first marker is on the left, the second is in the middle, and the third is on the right. Dotted lines connect each marker to its corresponding text block.
- A **27 de janeiro** foi publicada a Circular 1/2025 da CMVM relativa ao Value for Money de Instrumentos Financeiros
  - A **19 de fevereiro** foi publicada a Circular 2/2025 da CMVM, circular anual em matéria de gestão de ativos, onde estão identificadas as principais atividades de supervisão em matéria de gestão de ativos.
  - A **17 de abril** foi publicado, em Diário da República, o Regulamento da CMVM nº 3/2025, que introduz alterações num conjunto de regulamentos e que adapta os deveres de reporte de natureza prudencial pelas sociedades gestoras.

## Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

### Desempenho Fundos de Obrigações

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

### Balanço

### Demonstração de Resultados

### Demonstração de Fluxos de Caixa

### Anexo às Demonstrações Financeiras

### Relatório de Auditoria

## Desempenho Fundos de Obrigações

Com a redução gradual das taxas de juro pelos bancos centrais, incluindo o corte de um total de 100 pontos base por parte do BCE em 2025, o contexto manteve-se relativamente favorável para os fundos de obrigações. O setor beneficiou também da diminuição dos spreads de crédito e de alguma estabilidade nos resultados das empresas.

Segundo a APFIPP, os ativos sob gestão no segmento de obrigações em Portugal aumentaram 12,8% no primeiro semestre de 2025, atingindo €4.308 milhões no final de junho. No universo da oferta da IMGA, os ativos sob gestão registaram uma ligeira redução neste segmento, passando de €902,8M em dezembro de 2024 para €894M em junho de 2025, o que traduz uma variação de -1% no semestre, em grande medida condicionada pelo vencimento de dois fundos com maturidade definida ao longo deste período.

No que diz respeito ao desempenho, as rendibilidades foram diferenciadas em função da composição dos ativos e das estratégias de cada fundo. Destaca-se, pela positiva, o IMGA Rendimento Mais,

que valorizou cerca de 1,8% na sua categoria institucional e 1,5% na de retalho, no semestre, beneficiando de uma yield mais elevada e do estreitamento dos spreads de crédito. Com comportamento não tão favorável esteve o IMGA Dívida Pública Europeia com uma performance quase nula no semestre.

Em termos de captação de investimento, os fundos de obrigações apresentaram subscrições líquidas que totalizaram €35M no semestre, evidenciando-se os fundos IMGA Euro Taxa Variável e IMGA Portuguese Corporate Debt evidenciaram-se com subscrições líquidas de €16,8M e €13,5M, respetivamente. No caso do fundo dedicado à dívida empresarial nacional, este crescimento dos ativos sob gestão representa um aumento de 57,3% face ao final do ano.

A alocação de ativos procurou manter uma abordagem equilibrada, centrada na qualidade do crédito e na procura de oportunidades seletivas, ajustando sempre a gestão ao contexto de mercado.

FUNDOS DE OBRIGAÇÕES	1 ANO			3 ANOS			5 ANOS		
	Rend. Anual.	Risco Volatilidade	Classe	Rend. Anual.	Risco Volatilidade	Classe	Rend. Anual.	Risco Volatilidade	Classe
IMGA EURO TAXA VARIÁVEL CAT A	3,96%	0,92%	2	3,48%	0,93%	2	1,52%	0,98%	2
IMGA EURO TAXA VARIÁVEL CAT R	3,96%	0,92%	2	3,45%	0,93%	2	1.51% (*)	0,98%	2
IMGA EURO TAXA VARIÁVEL CAT I	4,37%	0,92%	2	3.83% (*)	0,94%	2	1.76% (*)	0,99%	2
CA RENDIMENTO	3,77%	0,56%	2	3,53%	0,95%	2	1,34%	1,10%	2
IMGA RENDIMENTO SEMESTRAL CAT A	4,39%	1,41%	2	3,79%	1,54%	2	1,09%	1,65%	2
IMGA RENDIMENTO SEMESTRAL CAT R	4,40%	1,41%	2	3,79%	1,54%	2	1.14% (*)	1,65%	2
IMGA PORTUGUESE CORPORATE DEBT CAT R	4,00%	1,39%	2	-	-	-	-	-	-
IMGA PORTUGUESE CORPORATE DEBT CAT P	4,00%	1,39%	2	-	-	-	-	-	-
IMGA DÍVIDA PÚBLICA EUROPEIA CAT A	3,04%	5,05%	4	0,94%	4,58%	3	-1,26%	4,21%	3
IMGA DÍVIDA PÚBLICA EUROPEIA CAT R	3,04%	5,05%	4	0,96%	4,59%	3	-1.2% (*)	4,21%	3
IMGA RENDIMENTO MAIS CAT A	5,22%	2,76%	3	4,63%	2,93%	3	0,78%	2,89%	3
IMGA RENDIMENTO MAIS CAT I	5.74% (*)	-	-	5.16% (*)	-	-	1.29% (*)	-	-
IMGA FINANCIAL BONDS 3Y 2,25% SERIE I CAT A	2,83%	0,30%	1	-	-	-	-	-	-
IMGA FINANCIAL BONDS 3,5 Y CAT A	1,44%	1,59%	2	-	-	-	-	-	-
IMGA OBRIGAÇÕES GLOBAIS EURO 2026 SERIE I	-	-	-	-	-	-	-	-	-

(\*) Considera cotações calculadas com base no desempenho da Categoria A

A Categoria A do fundo IMGA Obrigações Globais Euro 2026 Serie I, constitui-se em julho de 2024 pelo que não têm rendibilidade a 1 ano.

As Categorias R e P do fundo IMGA Portuguese Corporate Debt constituíram-se, respetivamente, a 27 de junho de 2024 e 16 de maio de 2024, pelo que não têm rendibilidades a 3 e 5 anos.

Data de referência: 30 de junho de 2025

## Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos de Obrigações

### Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

### Balanço

### Demonstração de Resultados

### Demonstração de Fluxos de Caixa

### Anexo às Demonstrações Financeiras

### Relatório de Auditoria

## Informação relativa à Gestão do Fundo

O primeiro semestre de 2025 foi marcado por elevada volatilidade nos mercados financeiros, impulsionada por conflitos geopolíticos em várias partes do mundo - incluindo a guerra na Ucrânia, o conflito na Faixa de Gaza, crises humanitárias e tensões entre grandes potências económicas como os Estados Unidos e China – e ainda pela adoção e retaliação de políticas comerciais protecionistas e por ajustamentos das políticas monetárias dos principais bancos centrais.

Apesar de se manter resiliente, a economia americana começou a dar sinais de abrandamento, com o PIB a recuar 0,5% no primeiro trimestre de 2025. A imposição de novas tarifas comerciais pela Administração Trump reacendeu os receios inflacionistas e aumentou a incerteza quanto ao rumo da política monetária. Ao mesmo tempo, as preocupações em torno da sustentabilidade orçamental e do aumento da dívida pública penalizaram o mercado de *Treasuries*. Ainda assim, a robustez do mercado laboral tem permitido à Reserva Federal adotar uma abordagem cautelosa, sem pressa em avançar com novos cortes de taxas. Na Europa, o BCE continuou o processo de normalização da Política Monetária, contudo, os dados mistos (inflação subjacente elevada, crescimento fraco e instabilidade política) limitam o espaço para novos cortes.

Na frente europeia, o maior destaque vai para o *sell-off* histórico dos *Bunds* em março, após os anúncios de um vasto pacote de investimento em defesa por parte da Alemanha e da queda do *debt-brake*, o que se traduzirá num aumento significativo da dívida emitida pelo país nos próximos anos. Assim, as *yields* terminaram o semestre a subir de forma significativa nos médio e longo prazos, tendo caído nos prazos mais curtos, nas duas curvas de referência. A dívida periférica europeia manteve o bom desempenho, tendo-se destacado Itália pelos bons resultados de execução orçamental do governo de Meloni. França registou uma recuperação relativa, apesar do contexto político fragmentado.

No mercado de crédito privado, os *spreads* de *Investment Grade* mostraram resiliência, com pequenos estreitamentos de *spread* no semestre, enquanto o *High Yield* saiu penalizado pelos receios em torno do crescimento. Destaque positivo para o retorno total das classes mais arriscadas, nomeadamente AT1. O mercado primário manteve-se dinâmico, com forte procura por novas emissões, mesmo em períodos de maior incerteza. A resiliência dos emitentes não-financeiros e a qualidade dos ativos dos emitentes financeiros continuam a sustentar os *spreads*, apesar do elevado nível de incerteza que persiste para o segundo semestre.

A estratégia prosseguida na gestão do Fundo IMGA Portuguese Corporate Debt assentou numa gestão ativa do risco de crédito dos emitentes portugueses e do risco liquidez tendo em conta a menor profundidade do mercado obrigacionista desta geografia.

A dimensão crescente do Fundo permitiu uma redução da componente de governos e um aumento da sua diversificação pela introdução de novos emitentes na carteira. Apesar de investir predominantemente no segmento de crédito de melhor qualidade (*Investment Grade*), o fundo aproveitou alguns períodos de aumento do apetite por risco para fazer o rebalanceamento da exposição a alguns emitentes com maior risco de crédito, nomeadamente dívida subordinada de emitentes financeiros e não-financeiros.

O desempenho do Fundo durante o primeiro semestre de 2025 foi positivamente influenciado pela redução dos prémios de risco de crédito dos emitentes portugueses, em especial no segmento de maior risco de crédito, e pela evolução dos *spreads* da dívida pública de Portugal. A subida das taxas de juro sem risco de médio e longo prazo penalizaram o fundo, resultado mitigado pelo retorno positivo da componente de crédito.

No final de junho, ambas as categorias, P e R, do IMGA Portuguese Corporate Debt registaram uma rentabilidade efetiva de 1,5% no semestre e 4,0% a 12 meses.

O seu valor líquido global situou-se em €22M, um crescimento significativo face aos €8M registados no final de 2024, com vendas líquidas de €13,5M no período.

A categoria I, apesar de constituída a 12 de abril de 2024, não detém qualquer montante à data.

Sendo um fundo de capitalização, não houve lugar à distribuição de rendimentos.



## Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos de Obrigações

Informação relativa à Gestão do Fundo

## Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

## Balanço

## Demonstração de Resultados

## Demonstração de Fluxos de Caixa

## Anexo às Demonstrações Financeiras

## Relatório de Auditoria

Em cumprimento do estipulado pelas alíneas b) e c) da secção 6 do Anexo IV do Regime da Gestão de Ativos (RGA), apresenta-se, em seguida, o montante total das remunerações pagas pela entidade responsável pela gestão aos seus colaboradores e o montante agregado da remuneração dos membros dos órgãos de gestão e fiscalização (valores em euros):

### REMUNERAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2025

Órgãos de Gestão e Fiscalização	Rendimento Fixo	Rendimento Variável	Número A 30/06/2025
<b>Comissão Executiva</b>			
Presidente e Administradores	156 898	284 354	3
Administradores independentes	21 750	-	1
<b>Conselho fiscal</b>			
Presidente e vogais	25 145	-	4
<b>Colaboradores</b>			
Colaboradores	1 177 153	451 169	51

Nos termos da Lei e conforme previsto no n.º 1 do art.º 20º dos Estatutos, o modelo de fiscalização da Sociedade compreende ainda um Revisor Oficial de Contas, ou uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que não seja membro do Conselho Fiscal, a quem foram pagos €5.904 pelos serviços durante o primeiro semestre de 2025.

Sem prejuízo da competência do Conselho Fiscal e do Revisor Oficial de Contas, ou da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, conforme previsto no n.º 1 do art.º 21º dos Estatutos, a Assembleia Geral designou um auditor externo para a verificação das contas da Sociedade, a quem foram pagos €31.980

pelos serviços prestados nesse âmbito. No primeiro semestre de 2025 foram pagos €9.554 referentes a indemnizações por cessação de contrato de trabalho.

As remunerações e benefícios foram calculados e atribuídos de acordo com o definido na Política de Remunerações em vigor, cuja síntese está disponível no site da Sociedade.

No início de cada ano, com base no Relatório de Avaliação da Execução da Política de Remunerações, da responsabilidade do Comité de Remunerações, o Conselho Fiscal produz um Relatório anual sobre a Política de

Remunerações, onde descreve os aspetos e conclusões relevantes que fundamentam o respetivo parecer acerca da avaliação do grau de execução da Política de Remunerações em vigor na Sociedade ao longo do ano anterior.

Relativamente a 2024, não foi identificada qualquer irregularidade ou inconsistência no modo como as remunerações e outros benefícios foram calculados.

No primeiro semestre de 2025, não foram introduzidas alterações à Política de Remunerações.

## Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos de Obrigações

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

## Eventos Subsequentes

Notas Informativas

## Balanço

## Demonstração de Resultados

## Demonstração de Fluxos de Caixa

## Anexo às Demonstrações Financeiras

## Relatório de Auditoria

## Eventos Subsequentes

30 de junho de 2025

A **14 de agosto** foi autorizada pela CMVM a constituição do Fundo BTG Pactual GV Corporate Bonds 60/40 – Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações.

## Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos de Obrigações

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

## Notas Informativas

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Relatório de Auditoria

# IMGA Portuguese Corporate Debt- Fundo de Investimento Mobiliário Aberto

## Elementos Identificativos

**Tipo de Fundo:**

Fundo de Investimento Mobiliário Aberto

**Data de Constituição:**

12 de abril de 2024

**Sociedade Gestora:**

IM Gestão de Ativos - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A.

**Banco Depositário:**

Banco Comercial Português, S.A.

**Valor da Carteira:**

**(30 de junho de 2025)**

22 041 220 Euros

## EVOLUÇÃO DE RENDIBILIDADE E RISCO

	jun/2025
<b>IMGA PORTUGUESE CORPORATE DEBT CAT P</b>	
Rendibilidade	1,5%
Risco (nível)	2
<b>IMGA PORTUGUESE CORPORATE DEBT CAT R</b>	
Rendibilidade	1,5%
Risco (nível)	2



## POLÍTICA DE INVESTIMENTO

O fundo adotará uma política de investimentos que terá como objetivo o investimento em instrumentos de dívida de emitentes corporate (Obrigações e Papel Comercial), com um investimento mínimo de 65% em emitentes portugueses.

O fundo investirá, no mínimo, 80% do seu valor líquido global, direta ou indiretamente, em instrumentos representativos de dívida, designadamente obrigações e papel comercial, emitidos por entidades privadas.

O investimento poderá ser efetuado em obrigações, de taxa fixa ou taxa variável, com distintos graus de subordinação, obrigações hipotecárias, obrigações resultantes da titularização de créditos e outros instrumentos de dívida de natureza equivalente, expressos direta ou indiretamente em euros, emitidos por entidades privadas, bem como em papel comercial.

O fundo investirá maioritariamente em emitentes cuja qualidade de crédito, à data do investimento, apresente uma notação de rating equivalente aos escalões das agências de rating considerados apropriados para investimento (Investment Grade) ou, não tendo notação atribuída, possua risco de crédito equivalente na ótica da Sociedade Gestora.

O fundo não poderá investir direta ou indiretamente em ações ordinárias.

O fundo poderá investir os seus capitais em instrumentos denominados em divisas diferentes do euro, até ao limite de 25% do seu valor líquido global, podendo exceder esse limite desde que em simultâneo efetue, para o excesso, a cobertura do risco cambial através de instrumento adequado.

O fundo pode recorrer à utilização de técnicas e instrumentos financeiros derivados, designadamente sobre dívida pública

da Zona Euro para fins de cobertura de risco dentro dos limites legalmente estabelecidos.

Até 10% do seu valor líquido global, o fundo pode investir em unidades de participação de outros OIC compatíveis com o objetivo do Fundo, incluindo fundos de investimento geridos pela IM Gestão de Ativos.

Para a gestão da liquidez necessária, o fundo poderá ainda ser acessoriamente constituído por numerário, depósitos bancários, aplicações nos mercados interbancários, bilhetes do tesouro, certificados de depósito e unidades de participação de fundos do Mercado Monetário, na medida adequada para fazer face ao movimento normal de resgate das unidades de participação e a uma gestão eficiente do Fundo, tendo em conta a sua política de investimentos.

A estratégia de investimento do fundo segue uma gestão ativa, não considerando nenhum parâmetro de referência.

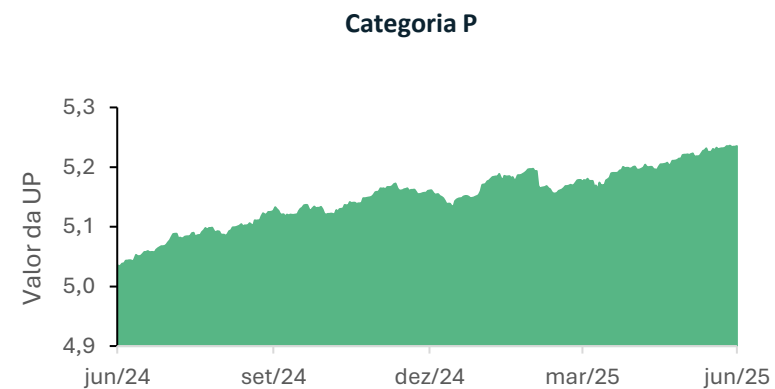
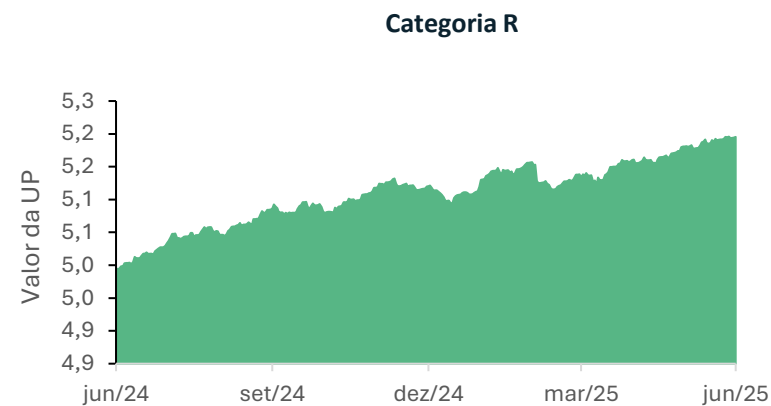
Os ativos são selecionados essencialmente considerando o seu potencial de retorno face à sua qualidade em termos de risco de crédito e ao contexto macroeconómico em que se inserem.

O fundo não segue uma alocação setorial fixa, procurando a combinação de exposição que em cada momento se revele mais apelativa face à informação relevante dos emitentes que constituem o seu universo de investimento, ao enquadramento de mercado e ao objetivo de rendimento do fundo.

## EVOLUÇÃO DAS COTAÇÕES

As rendibilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rentabilidade futura. As rendibilidades anualizadas divulgadas só seriam obtidas se o investimento fosse efetuado e mantido durante todo o período de referência.

Para efeito do apuramento das rendibilidades não são tidas em consideração comissões de subscrição, resgate e transferências, quando aplicáveis, sendo líquidas de todas as outras comissões e encargos.



## EVOLUÇÃO DO NÚMERO UP'S E DO VALOR UNITÁRIO UP

	31.12.2024	30.06.2025
<b>IMGA PORTUGUESE CORPORATE DEBT CAT P</b>		
Nº. UP's em circulação	1 073 845,2313	2 725 835,0332
Valor Unitário UP (Euro)	5,1109	5,1854
<b>IMGA PORTUGUESE CORPORATE DEBT CAT R</b>		
Nº. UP's em circulação	552 463,5453	1 521 942,4781
Valor Unitário UP (Euro)	5,1205	5,1953

## DEMONSTRAÇÃO DO PATRIMÓNIO

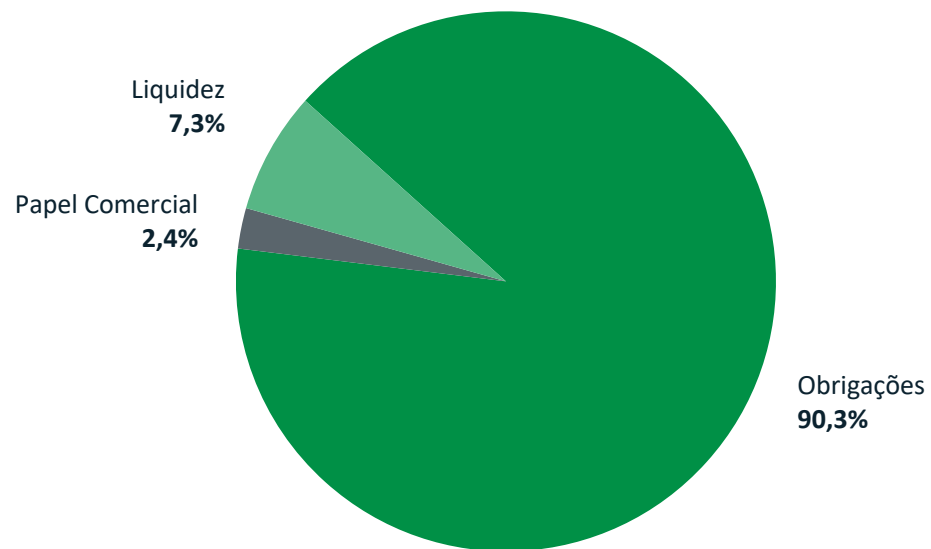
(Unidades: milhares €)

	30.06.2025
Valores mobiliários	21 658 202
Saldos bancários	621 749
Outros ativos	279 241
<b>Total dos ativos</b>	<b>22 559 192</b>
Passivos	517 971
<b>Valor Líquido de Inventário</b>	<b>22 041 220</b>

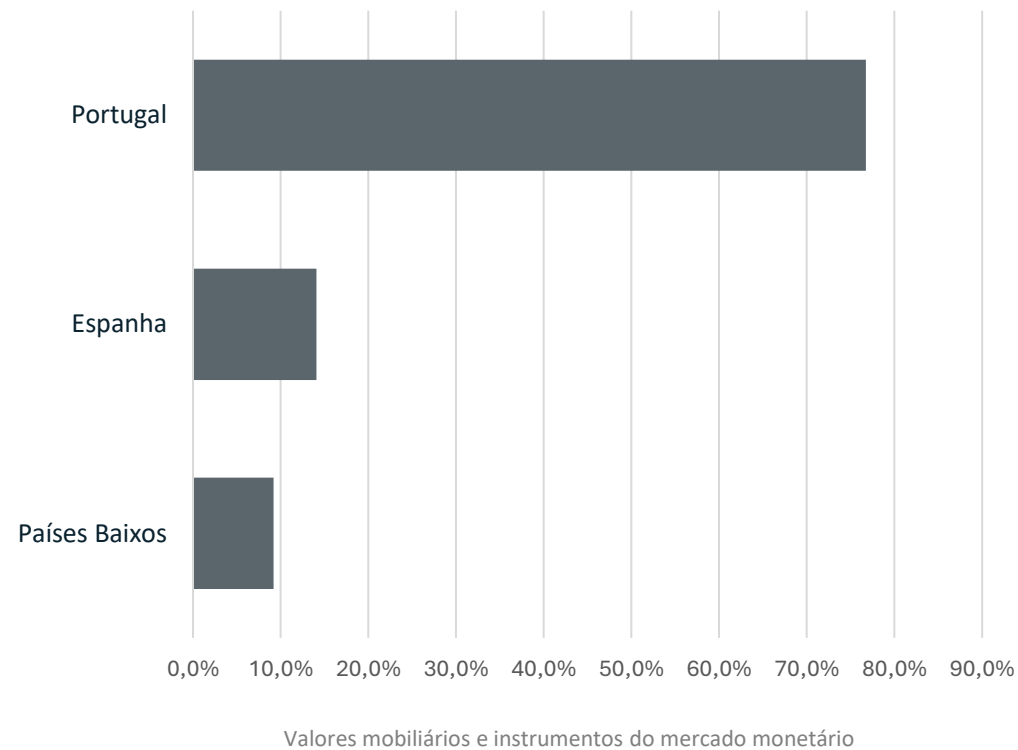


## COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA

Carteira Ativos

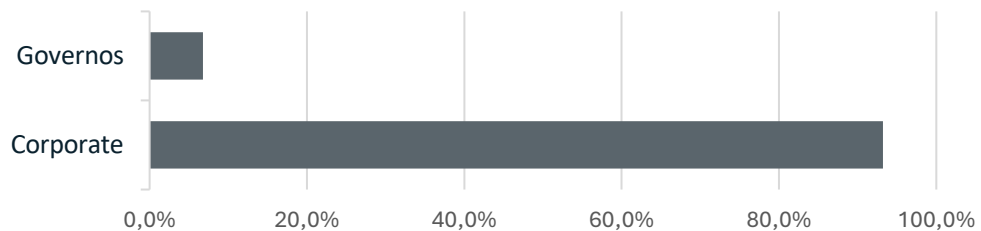


País

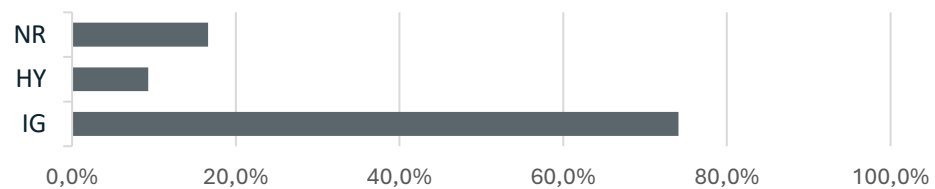


## COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA

### Tipo de Emitente

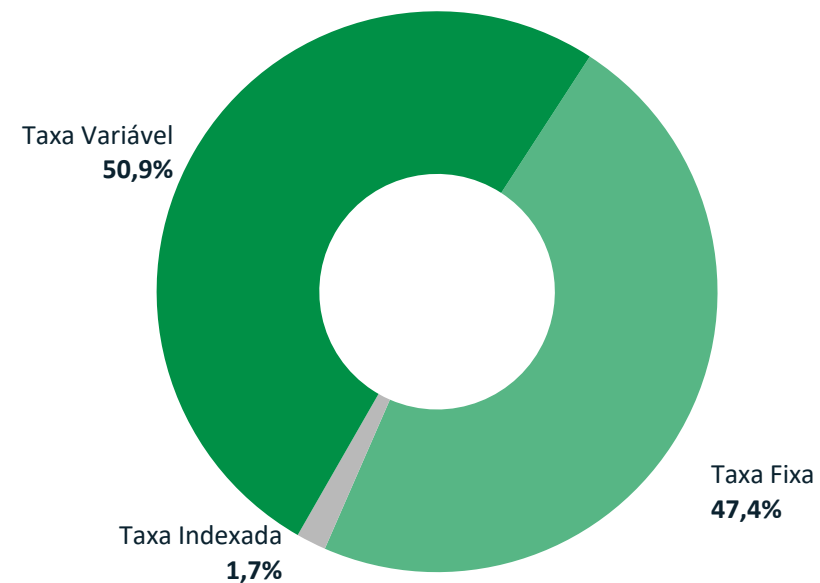


### Risco de Crédito



Valores mobiliários e instrumentos do mercado monetário

### Tipo Cupão



Valores mobiliários e instrumentos do mercado monetário

## TÍTULOS EM CARTEIRA

(valores em euro)

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais-valias	Menos-valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA	%
<b>1. VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS</b>							
M.C.O.B.V. Portuguesas	5 352 734	30 309	380	5 382 663	86 744	5 469 407	25%
M.C.O.B.V. Estados Membros UE	14 620 621	83 360	1 458	14 702 524	188 777	14 891 301	68%
<b>2. OUTROS VALORES</b>							
	550 000	-	-	550 000	(2 143)	547 857	2%
<b>3. UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO</b>							
	1 015 254	7 762	-	1 023 015	-	1 023 015	5%
<b>TOTAL</b>	<b>21 538 608</b>	<b>121 431</b>	<b>1 838</b>	<b>21 658 202</b>	<b>273 378</b>	<b>21 931 580</b>	<b>99%</b>

## INDICAÇÃO MOVIMENTOS OCORRIDOS

(valores em euro)

<b>Rendimentos</b>	
Rendimentos do investimento	236 902
Outros investimentos	22
As mais-valias de investimento	111 200
<b>Custos</b>	
Custos de gestão	(96 574)
Custos de depósito	(3 863)
Outros encargos, taxas e impostos	(9 885)
As menos-valias de investimentos	(21 349)
Custos de negociação	(230)
<b>Lucro líquido</b>	<b>216 223</b>
<b>Lucros distribuídos</b>	<b>-</b>
<b>Aumento ou diminuição da conta de capital</b>	
Subscrições	14 033 600
Resgates	(525 713)



## VALOR LÍQUIDO GLOBAL E VALOR DA UP

(valores em euro)

	IMGA PORTUGUESE CORPORATE DEBT CAT P		IMGA PORTUGUESE CORPORATE DEBT CAT R	
	Valor Líquido	Valor Unitário da UP	Valor Líquido	Valor Unitário da UP
31.12.2024	5 488 232	5,1109	2 828 878	5,1205
30.06.2025	14 134 359	5,1854	7 906 861	5,1953

## OPERAÇÕES DE COMPRA E VENDA DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Não foram realizadas operações de compra e venda de instrumentos financeiros derivados no decorrer do exercício do 1º semestre de 2025.





i m | g | a |

## Balanço

Referente ao período findo em 30 de junho 2025

		ATIVO				
Código	Designação	30-06-2025			31-12-2024	
		Bruto	Mv	mv/P	Líquido	
	<b>Outros Ativos</b>					
32	Ativos Fixos Tangíveis das SIM					
33	Ativos Intangíveis das SIM					
	<i>Total de Outros Ativos das SIM</i>					
	<b>Carteira de Títulos</b>					
21	Obrigações	19 973 355	113 670	(1 838)	20 085 186	
22	Ações				7 071 100	
23	Outros Títulos de Capital					
24	Unidades de Participação	1 015 254	7 762		1 023 015	
25	Direitos				340 735	
26	Outros Instrumentos da Dívida	550 000			550 000	
	<i>Total da Carteira de Títulos</i>	<u>21 538 608</u>	<u>121 431</u>	<u>(1 838)</u>	<u>21 658 202</u>	
	<b>Outros Ativos</b>					
31	Outros ativos					
	<i>Total de Outros Ativos</i>					
	<b>Terceiros</b>					
411+...+418	Contas de Devedores					
	<i>Total dos Valores a Receber</i>					
	<b>Disponibilidades</b>					
11	Caixa					
12	Depósitos à Ordem	621 749			621 749	
13	Depósitos a Prazo e com Pré-aviso				699 380	
14	Certificados de Depósito					
18	Outros Meios Monetários					
	<i>Total das Disponibilidades</i>	<u>621 749</u>			<u>621 749</u>	
	<b>Acréscimos e diferimentos</b>					
51	Acréscimos de Proveitos	278 554			278 554	
52	Despesas com Custo Diferido				94 168	
53	Outros acréscimos e diferimentos	157			157	
59	Contas transitórias ativas	530			530	
	<i>Total do Acréscimos e Diferimentos Ativos</i>	<u>279 241</u>			<u>279 241</u>	
	<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<u>22 439 598</u>	<u>121 431</u>	<u>(1 838)</u>	<u>22 559 192</u>	
	Total do Número de Unidades de Participação em circulação - Classe P				2 725 835	
	Total do Número de Unidades de Participação em circulação - Classe R				1 521 942	

		PASSIVO	
Código	Designação	Período	
		30-06-2025	31-12-2024
	<b>Capital do OIC</b>		
61	Unidades de Participação	21 238 888	8 131 544
62	Variações Patrimoniais	475 669	75 125
64	Resultados Transitados	110 442	
65	Resultados Distribuídos		
67	Dividendos Antecipados das SIM		
66	Resultados Líquidos do Período	216 223	110 442
	<i>Total do Capital do OIC</i>	<u>22 041 220</u>	<u>8 317 111</u>
	<b>Provisões Acumuladas</b>		
481	Provisões para Encargos		
	<i>Total das Provisões Acumuladas</i>		
	<b>Terceiros</b>		
421	Resgates a Pagar a Participantes	25 014	
422	Rendimentos a Pagar a Participantes		
423	Comissões a Pagar	26 351	9 540
424+...+429	Outras contas de Credores	460 210	125 692
43+12	Empréstimos Obtidos		
44	Pessoal		
46	Acionistas		
	<i>Total dos Valores a Pagar</i>	<u>511 575</u>	<u>135 231</u>
	<b>Acréscimos e diferimentos</b>		
55	Acréscimos de Custos	1 220	1 230
56	Receitas com Proveito Diferido	5 176	2 355
58	Outros Acréscimos e Diferimentos		
59	Contas transitórias passivas		
	<i>Total do Acréscimos e Diferimentos Passivos</i>	<u>6 396</u>	<u>3 585</u>
	<b>TOTAL DO CAPITAL E PASSIVO</b>	<u>22 559 192</u>	<u>8 455 927</u>
	Valor Unitário da Unidade Participação - Classe P	5.1953	5.1109
	Valor Unitário da Unidade Participação - Classe R	5.1854	5.1205

(valores em Euro)

EXTRAPATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024

DIREITOS SOBRE TERCEIROS

Código	Designação	Período	
		30-06-2025	31-12-2024
	<b>Operações Cambiais</b>		
911	À vista		
912	A prazo (forwards cambiais)		
913	Swaps cambiais		
914	Opções		
915	Futuros		
	<i>Total</i>		
	<b>Operações Sobre Taxas de Juro</b>		
921	Contratos a prazo (FRA)		
922	Swap de taxa de juro		
923	Contratos de garantia de taxa de juro		
924	Opções		
925	Futuros		
	<i>Total</i>		
	<b>Operações Sobre Cotações</b>		
934	Opções		
935	Futuros		
	<i>Total</i>		
	<b>Compromissos de Terceiros</b>		
942	Operações a prazo (reporte de valores)		
944	Valores cedidos em garantia		
945	Empréstimos de títulos		
	<i>Total</i>		
	<i>TOTAL DOS DIREITOS</i>		
99	CONTAS DE CONTRAPARTIDA		

RESPONSABILIDADES PERANTE TERCEIROS

Código	Designação	Período	
		30-06-2025	31-12-2024
	<b>Operações Cambiais</b>		
911	À vista		
912	A prazo (forwards cambiais)		
913	Swaps cambiais		
914	Opções		
915	Futuros		
	<i>Total</i>		
	<b>Operações Sobre Taxas de Juro</b>		
921	Contratos a prazo (FRA)		
922	Swap de taxa de juro		
923	Contratos de garantia de taxa de juro		
924	Opções		
925	Futuros		
	<i>Total</i>		
	<b>Operações Sobre Cotações</b>		
934	Opções		
935	Futuros		
	<i>Total</i>		
	<b>Compromissos Com Terceiros</b>		
941	Subscrição de títulos		
942	Operações a prazo (reporte de valores)		
943	Valores cedidos em garantia		
	<i>Total</i>		
	<i>TOTAL DAS RESPONSABILIDADES</i>		
99	CONTAS DE CONTRAPARTIDA		



i m | g | a |

## Demonstração de Resultados

Referente ao período findo em 30 de junho 2025

CUSTOS E PERDAS				PROVEITOS E GANHOS			
Código	Designação	Período		Código	Designação	Período	
		30-06-2025	30-06-2024			30-06-2025	30-06-2024
	<b>Custos e Perdas Correntes</b>				<b>Proveitos e Ganhos Correntes</b>		
	Juros e Custos Equiparados				Juros e Proveitos Equiparados		
711+718	De Operações Correntes		47	812+813	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	236 902	9 537
719	De Operações Extrapatrimoniais			811+814+827+818	De Operações Correntes		
	Comissões e Taxas			819	De Operações Extrapatrimoniais		
722+723	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	230	232		Rendimento de Títulos		
724+...+728	Outras Operações Correntes	101 475	2 746	822+...+824+825	Na Carteira de Títulos e Outros Ativos		
729	De Operações Extrapatrimoniais			829	De Operações Extrapatrimoniais		
	Perdas em Operações Financeiras				Ganhos em Operações Financeiras		
732+733	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	21 349	8 982	832+833	Na Carteira de Títulos e Outros Ativos	111 200	1 914
731+738	Outras Operações Correntes			831+838	Outras Operações Correntes		
739	Em Operações Extrapatrimoniais			839	Em Operações Extrapatrimoniais	0	
	Impostos				Reposição e Anulação de Provisões		
	Impostos Sobre o Rendimento de Capitais e				Provisões para Encargos		
7411+7421	Incrementos Patrimoniais			851	Outros Proveitos e Ganhos Correntes	0	
7412+7422	Impostos Indirectos	7 627	307	87			
7418+7428	Outros impostos				<i>Total dos Proveitos e Ganhos Correntes (B)</i>	<u>348 103</u>	<u>11 451</u>
	Provisões do Exercício						
751	Provisões para Encargos						
77	Outros Custos e Perdas Correntes	1 220	922				
	<i>Total dos Outros Custos e Perdas Correntes (A)</i>	<u>131 902</u>	<u>13 237</u>				
79	Outros custos e perdas das SIM			89	Outros Proveitos e Ganhos das SIM		
	<i>Total dos Outros Custos e Perdas das SIM (C)</i>				<i>Total dos Outros Proveitos e Ganhos das SIM (D)</i>		
	<b>Custos e Perdas Eventuais</b>				<b>Proveitos e Ganhos Eventuais</b>		
781	Valores Incobráveis			881	Recuperação de Incobráveis		
782	Perdas Extraordinárias			882	Ganhos Extraordinários		
783	Perdas Imputáveis a Exercícios Anteriores			883	Ganhos Imputáveis a Exercícios Anteriores		
788	Outras Custos e Perdas Eventuais			888	Outros Proveitos e Ganhos Eventuais	22	50
	<i>Total dos Custos e Perdas Eventuais (E)</i>				<i>Total dos Proveitos e Ganhos Eventuais (F)</i>	<u>22</u>	<u>50</u>
63	Imposto Sobre o Rendimento do Exercício						
66	<b>Resultado Líquido do Período (se&gt;0)</b>	<u>216 223</u>		66	<b>Resultado Líquido do Período (se&lt;0)</b>		<u>1 736</u>
	<i>TOTAL</i>	<u>348 124</u>	<u>13 237</u>		<i>TOTAL</i>	<u>348 124</u>	<u>13 237</u>
(8*1/2/3)-(7*2/3)	Resultados da Carteira de Títulos e Outros Ativos	326 522	2 237	F - E	Resultados Eventuais	22	50
8*9 - 7*9	Resultados das Operações Extrapatrimoniais	0		B+F-A-E+74	Resultados Antes do Imposto s/ Rendimento	216 223	(1 736)
B-A	Resultados Correntes	216 201	(1 786)	B+D-A-C	Resultados Líquidos do Período	216 223	(1 736)



i m | g | a |

## Demonstração de Fluxos de Caixa

Referente ao período findo em 30 de junho 2025

(Valores em Euro)

DISCRIMINAÇÃO DOS FLUXOS	30-jun-25		30-jun-24	
<b>OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO OIC</b>				
RECEBIMENTOS:		14 033 600		2 225 000
Subscrição de unidades de participação	14 033 600		2 225 000	
PAGAMENTOS:		500 699		
Resgates de unidades de participação	500 699			
<b>Fluxo das operações sobre as unidades do OIC</b>		<b>13 532 901</b>		<b>2 225 000</b>
<b>OPERAÇÕES COM A CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ativos</b>				
RECEBIMENTOS:		5 821 569		176 430
Venda de títulos e outros ativos	5 071 569		126 430	
Reembolso de títulos e outros ativos	750 000		50 000	
PAGAMENTOS:		19 496 011		1 815 627
Compra de títulos e outros ativos	18 820 673		1 815 395	
Subscrições de unidades de participação noutros OIC	675 107		0	
Comissões de corretagem	4		158	
Outras taxas e comissões	34		7	
Outros pagamentos relacionados com a carteira	192		67	
<b>Fluxo das operações da carteira de títulos e outros ativos</b>		<b>(13 674 442)</b>		<b>(1 639 197)</b>
<b>OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS</b>				
RECEBIMENTOS:		157 580		6 260
Juros e proveitos similares recebidos	157 580		6 260	
PAGAMENTOS:		1 230		0
Outros pagamentos de operações a prazo e de divisas	1 230		0	
<b>Fluxo das operações a prazo e de divisas</b>		<b>156 350</b>		<b>6 260</b>
<b>OPERAÇÕES DE GESTÃO CORRENTE</b>				
RECEBIMENTOS:		92 462		1 130
Juros devedores de depósitos bancários	0		47	
Comissão de gestão	85 919		768	
Comissão de depósito	3 414		99	
Taxa de supervisão	973		200	
Impostos e taxas	2 155		16	
<b>Fluxo das operações de gestão corrente</b>		<b>(92 462)</b>		<b>(1 130)</b>
<b>OPERAÇÕES EVENTUAIS</b>				
RECEBIMENTOS:		22		50
Ganhos extraordinários	22		50	
PAGAMENTOS:		0		0
<b>Fluxo das operações eventuais</b>		<b>22</b>		<b>50</b>
<b>SALDO DOS FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO (A)</b>		<b>(77 631)</b>		<b>590 983</b>
<b>DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DO PERÍODO (B)</b>		<b>699 380</b>		<b>0</b>
<b>DISPONIBILIDADES NO FIM DO PERÍODO (C)=(B)+(A)</b>		<b>621 749</b>		<b>590 983</b>





i m | g | a |

## Anexo às Demonstrações Financeiras

Referente ao período findo em 30 de junho 2025

## INTRODUÇÃO

A constituição do IMGA Portuguese Corporate Debt – Fundo de Investimento Mobiliário Aberto foi autorizada pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários em 24 de novembro de 2023 e efetivou-se em 12 de abril de 2024.

O Fundo adotará uma política de investimentos que terá como objetivo o investimento em instrumentos de dívida de emitentes corporate (Obrigações e Papel Comercial).

O OIC é administrado, gerido e representado pela IM Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. (Sociedade Gestora). As funções de banco depositário são exercidas pelo Banco Comercial Português, S.A.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano de Contas dos Organismos de Investimento Coletivo.

As notas cuja numeração se encontra ausente não são aplicáveis, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das Demonstrações Financeiras anexas.



## 1. CAPITAL DO OIC

O capital do OIC é representado por partes de conteúdo idêntico, sem valor nominal, que se designam unidades de participação, as quais conferem direitos idênticos aos seus detentores. As unidades de participação são nominativas e adotam a forma escritural.

Para efeitos de movimentação, as unidades de participação são fracionadas até à quarta casa decimal.

Para efeitos de constituição do OIC, o valor da unidade de participação foi cinco euros.

O valor da unidade de participação para efeitos de subscrição é o valor da unidade de participação que vier a ser apurado no fecho do dia de pedido, pelo que o mesmo é efetuado a preço desconhecido.

O valor da unidade de participação para efeitos de resgate é o valor da unidade de participação que vier a ser apurado no fecho do dia de pedido, pelo que o mesmo é efetuado a preço desconhecido.

Durante o período findo em 30 de junho de 2025, o movimento ocorrido no capital do OIC foi o seguinte:

(Valores em Euro)

Descrição	31-12-2024	Subscrições		Resgates		Distribuição de Resultados	Outros	30-06-2025
		Categoria P	Categoria R	Categoria P	Categoria R			
Valor base	8 131 544	8 769 195	4 847 395	( 509 246)	-			21 238 888
Diferença p/Valor Base	75 125	261 805	155 205	( 16 467)	-			475 669
Resultados acumulados	-						110 442	110 442
Resultados do período	110 442						( 110 442)	216 223
<b>SOMA</b>	<b>8 317 111</b>	<b>9 031 000</b>	<b>5 002 600</b>	<b>( 525 713)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>22 041 220</b>
Nº de Unidades participação								
Categoria P	1 073 845	1 753 839		( 101 849)				2 725 835
Categoria R	552 464		969 479		-			1 521 942
Valor Unidade participação								
Categoria P	5.1109							5.1854
Categoria R	5.1205							5.1953

Em 30 de junho de 2025 existiam 4 824 unidades de participação com pedidos de resgate em curso.

O valor líquido global do OIC, o valor de cada unidade de participação e o número de unidades de participação em circulação foram os seguintes:

	Data	Categoria I			Categoria R			Categoria P			Total	
		Valor UP	VLGF	Nº UP em circulação	Valor UP	VLGF	Nº UP em circulação	Valor UP	VLGF	Nº UP em circulação	VLGF	Nº UP em circulação
Ano 2025	30-06-25	-	-	-	5.1953	7 906 861	1 521 942	5.1854	14 134 359	2 725 835	22 041 220	4 247 778
	31-03-25	-	-	-	5.1341	4 238 203	825 512	5.1244	8 059 805	1 572 859	12 298 008	2 398 371
Ano 2024	31-12-24	-	-	-	5.1205	2 828 878	552 464	5.1109	5 488 232	1 073 845	8 317 111	1 626 309
	30-09-24	-	-	-	5.0860	1 516 119	298 101	5.0762	2 654 643	522 959	4 170 762	821 060
	30-06-24	4.9997	999 925	200 000	4.9960	249 797	50 000	4.9860	973 543	195 257	2 223 264	445 257
	31-03-24	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Em 30 de junho de 2025, os participantes do OIC podem agrupar-se de acordo com os seguintes escalões:

Escalões	N.º participantes	
	Categoria P	Categoria R
UPs ≥ 25%	-	1
10% ≤ UPs < 25%	-	8
5% ≤ UPs < 10%	-	2
2% ≤ UPs < 5%	20	10
0.5% ≤ UPs < 2%	18	12
UPs < 0.5%	-	-
TOTAL	38	33



### 3. CARTEIRA DE TÍTULOS E DISPONIBILIDADES

Em 30 de junho de 2025, esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição dos títulos	(valores em Euro)					
	Preço de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA
<b>1. VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS</b>						
<i>M.C.O.B.V. Portuguesas</i>						
-Títulos dívida Pública						
PGB 0.475% 18/10/30	377 227	2 572	-	379 798	1 390	381 189
PGB 1.95% 15/06/29	825 137	2 425	-	827 562	668	828 230
PGB 4.1% 14/04/27	203 044	-	(380)	202 664	1 697	204 360
	<b>1 405 407</b>	<b>4 997</b>	<b>(380)</b>	<b>1 410 023</b>	<b>3 756</b>	<b>1 413 779</b>
-Obrigações diversas						
Banco BPI SA 3.625% 04/07/28	307 116	2 976	-	310 092	10 756	320 848
Banco Santanter Totta SA 1.25% 26/09/27	382 716	7 740	-	390 456	3 795	394 251
Caixa Eco Montepio Geral Var 25/06/29	1 001 632	688	-	1 002 320	479	1 002 799
Caixa Geral de Depósitos Var 31/10/28	428 865	95	-	428 960	15 249	444 209
Floene Energias SA 4.875 07/03/28	938 040	4 224	-	942 264	43 514	985 778
Galp Energia SGPS SA 2% 15/01/26	789 428	9 148	-	798 576	7 277	805 853
Grupo Pestana SGPS SA 2.5% 23/09/25	99 530	442	-	99 972	1 918	101 889
	<b>3 947 327</b>	<b>25 313</b>	<b>-</b>	<b>3 972 640</b>	<b>82 988</b>	<b>4 055 628</b>
<i>M.C.O.B.V. Estados Membros UE</i>						
-Obrigações diversas						
Abanca Corp Bancaria SA Var 14/02/31	994 042	2 448	-	996 490	12 110	1 008 600
Banco Comercial Português Var 24/06/31	2 092 281	-	(1 416)	2 090 865	1 079	2 091 944
Bankinter SA 13/09/31	968 852	4 921	-	973 773	34 860	1 008 633
BRISA Concessão Rodoviária SA 2..375% 10/05/27	693 154	4 641	-	697 795	2 323	700 118
Cepsa Finance SA 4.125% 11/04/31	917 986	338	-	918 324	8 137	926 461
CIN - Coporação Industrial do Norte S.A. Float 06/12/26	200 250	-	(30)	200 220	475	200 695
CRL Credito Agricola Mut Var 29/01/30	1 305 153	7 990	-	1 313 143	19 625	1 332 768
CUF SA 4.75% 11/12/29	1 037 194	7 806	-	1 045 000	2 507	1 047 507
EDP SA Var 29/05/54	201 600	3 688	-	205 288	833	206 121
EGREP Float 06/08/28	146 850	2 055	-	148 905	1 569	150 474
Energias de Portugal SA 3.875% 26/06/28	410 942	3 302	-	414 244	170	414 414
Fab Porcelana Vista Aleg 5.3% 20/05/29	102 550	310	-	102 860	589	103 449
Fidelidade Seguros PT Var 29/11/172	1 509 640	5 342	-	1 514 982	9 512	1 524 494
Greenvolt Energias 2.625% 10/11/28	487 300	9 960	-	497 260	12 889	510 149
Mota Engil SGPS SA 4.5% 23/05/30	5 000	-	(12)	4 989	23	5 012
Novo Banco SA Var 01/12/33	1 650 775	10 689	-	1 661 464	79 920	1 741 384
Ren Finance BV 0.5% 16/04/29	1 897 052	19 870	-	1 916 922	2 158	1 919 080
	<b>14 620 621</b>	<b>83 360</b>	<b>(1 458)</b>	<b>14 702 524</b>	<b>188 777</b>	<b>14 891 301</b>
<b>2. OUTROS VALORES</b>						
<i>Outros instrumentos de dívida</i>						
-Papel comercial						
Mota Engil SGPS SA 5.20% PC 20/06/25 - 16/01/26	100 000	-	-	100 000	(2 767)	97 233
Mota Engil SGPS SA 5.60% PC 21/02/25 - 11/07/25	100 000	-	-	100 000	(165)	99 835
RNM - Produtos Quimicos 26EM PC 2.58% 11/06/25 - 10/07/25	50 000	-	-	50 000	(36)	49 964
Salvador Caetano Auto SGPS, SA 4 EM PC 28/05/25 - 02/09/25	300 000	-	-	300 000	825	300 825
	<b>550 000</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>550 000</b>	<b>(2 143)</b>	<b>547 857</b>
<b>3. UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO</b>						
<i>OIC domiciliados em Portugal</i>						
IMGA Money Market - CAT I	1 015 254	7 762	-	1 023 015	-	1 023 015
	<b>1 015 254</b>	<b>7 762</b>	<b>-</b>	<b>1 023 015</b>	<b>-</b>	<b>1 023 015</b>
<b>TOTAL</b>	<b>21 538 608</b>	<b>121 431</b>	<b>(1 838)</b>	<b>21 658 202</b>	<b>273 378</b>	<b>21 931 580</b>



#### 4. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base nos registos contabilísticos do OIC, mantidos de acordo com o Plano de Contas dos Organismos de Investimento Coletivo, estabelecido pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, e regulamentação complementar emitida por esta entidade, no âmbito das competências que lhe estão atribuídas através do Decreto-Lei nº 27/2023, de 28 de abril, o qual aprova o novo Regime da Gestão de Ativos.

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das Demonstrações Financeiras, foram as seguintes:

##### Especialização de períodos

O OIC regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de períodos, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Os juros de aplicações são registados pelo montante bruto na rubrica “Juros e proveitos equiparados”.

##### Carteira de Títulos e Valorização das unidades de participação

a) O valor da unidade de participação é calculado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do OIC pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido global do OIC é apurado deduzindo, à soma dos valores que o integram, o montante de comissões e encargos até ao momento da valorização da carteira.

- b) O valor das unidades de participação será calculado às 17.00h, hora portuguesa, sendo este o momento de referência para o cálculo.
- c) Os ativos denominados em moeda estrangeira serão valorizados diariamente utilizando o câmbio indicativo divulgado pelo Banco de Portugal e pelo Banco Central Europeu, com exceção para aqueles cujas divisas não se encontrem cotadas. Neste caso utilizar-se-ão os câmbios difundidos ao meio-dia de Lisboa, por entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários.
- d) Contam para efeitos de valorização da unidade de participação para o dia da transação as operações sobre os valores mobiliários e instrumentos derivados transacionadas para o OIC e confirmadas até ao momento de referência. As subscrições e resgates recebidos em cada dia (referentes a pedidos do dia útil anterior) contam, para efeitos de valorização da unidade de participação, para esse mesmo dia.



- e) A valorização dos valores mobiliários e instrumentos derivados admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base na última cotação conhecida no momento de referência; não havendo cotação do dia em que se esteja a proceder à valorização, ou não podendo a mesma ser utilizada, designadamente por ser considerada não representativa, tomar-se-á em conta a última cotação de fecho conhecida, desde que a mesma se tenha verificado nos 15 dias anteriores ao dia em que se esteja a proceder à valorização.
- f) Tratando-se de valores representativos de dívida admitidos à negociação num mercado regulamentado, caso os preços praticados em mercado não sejam considerados representativos, podem ser considerados para efeitos de avaliação:
- a. As ofertas de compra firmes ou na impossibilidade de obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, com base na informação difundida através de entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários.
- g) Quando a última cotação tenha ocorrido há mais de 15 dias, os valores mobiliários e instrumentos derivados são considerados como não cotados para efeitos de valorização, aplicando-se o disposto na alínea seguinte.
- h) A valorização de valores mobiliários e instrumentos derivados não admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base nos seguintes critérios:
- a. As ofertas de compra firmes ou na impossibilidade de obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, com base na informação difundida através de entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários;
  - b. Modelos teóricos de avaliação, que a Sociedade Gestora considere mais apropriados atendendo às características do ativo ou instrumento derivado. A avaliação pode ser efetuada por entidade subcontratada.
- i) Os valores representativos de dívida de curto prazo serão avaliados com base no reconhecimento diário do juro inerente à operação.
- j) Para efeitos da determinação do custo dos títulos vendidos é utilizado o critério FIFO.



## Impostos

O regime fiscal aplicável aos organismos de investimento coletivo (estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 7/2015, de 13 de janeiro, alterado pela Retificação n.º 12/2015, de 11/03), assenta num método de tributação dos rendimentos “à saída”, ou seja, a tributação é essencialmente na esfera dos participantes.

O OIC, ainda assim, encontra-se sujeito à taxa geral de IRC sobre o seu resultado líquido apurado em cada exercício, expurgado, contudo, os rendimentos (e respetivos gastos associados) de capitais, prediais e mais-valias, tal como qualificados para efeitos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (desde que os mesmos não sejam provenientes de entidades com residência ou domicílio em país, território ou região sujeito a um regime fiscal claramente mais favorável constante da lista aprovada por portaria do membro do Governo responsável pela área das finanças, situação em que serão tributados). Não relevam, igualmente, para efeitos de determinação do lucro tributável os rendimentos, incluindo descontos, e gastos relativos a comissões de gestão e outras comissões que revertam para os fundos de investimento mobiliário, bem como os gastos não dedutíveis previstos no artigo 23.º-A do Código do IRC.

No que respeita ao Imposto do Selo, os fundos são tributados em sede deste imposto sobre o valor líquido global dos seus ativos à taxa de 0,0125%, por trimestre.

Desde 1 de janeiro de 2019, passaram a encontrar-se sujeitas a imposto do selo, à taxa de 4% as comissões de gestão e depósito, suportadas pelo fundo e as comissões de subscrição e reembolso, suportadas pelos participantes.



## 12. EXPOSIÇÃO AO RISCO DE TAXA DE JURO

Em 30 de junho de 2025, os ativos com taxa de juro fixa detidos pelo OIC podem resumir-se da seguinte forma:

(Valores em Euro)

Maturidades	Montante em Carteira (A)	Extrapatrimoniais (B)				Saldo (A)+(B)
		FRA	Swaps (IRS)	Futuros	Opções	
de 0 a 1 ano	907 742	-	-	-	-	907 742
de 1 a 3 anos	3 160 152	-	-	-	-	3 160 152
de 3 a 5 anos	13 625 362	-	-	-	-	13 625 362
de 5 a 7 anos	2 316 282	-	-	-	-	2 316 282
mais de 7 anos	-	-	-	-	-	-

## 14. EXPOSIÇÃO GLOBAL EM INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

O cálculo da exposição em instrumentos financeiros derivados é efetuado através do método dos compromissos, nos termos do artigo 187º do Decreto-Lei nº 27/2023.



## 15. CUSTOS IMPUTADOS

Os custos imputados ao OIC durante o período findo em 30 de junho de 2025 apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euro)

Custos	Categoria P		Categoria R	
	Valor	%VLGF (1)	Valor	%VLGF (1)
Comissão de Gestão Fixa	67 204	1.56%	33 233	1.56%
Comissão de Depósito	2 688	0.06%	1 330	0.06%
Taxa de Supervisão	693	0.02%	346	0.02%
Custos de Auditoria	816	0.02%	404	0.02%
Imposto de selo sobre o valor do OIC	2 411	0.06%	1 192	0.06%
Outros Custos Correntes	129	0.00%	64	0.00%
<b>TOTAL</b>	<b>73 941</b>		<b>36 568</b>	
<b>TAXA DE ENCARGOS CORRENTES</b>	<b>1.72%</b>		<b>1.72%</b>	

(1) Percentagens calculadas sobre a média diária do valor do Fundo relativa ao período de referência anualizada



i m | g | a |

## Relatório de Auditoria

Referente ao período findo em 30 de junho 2025

## Relatório de auditoria

### Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do IMGA Portuguese Corporate Debt - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto (o «OIC») sob gestão da IM Gestão de Ativos, Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A («Entidade Gestora»), que compreendem o Balanço em 30 de junho de 2025 (que evidencia um total de 22 559 192 euros e um total de capital do OIC de 22 041 220 euros, incluindo um resultado líquido de 216 223 euros), a Demonstração dos resultados, a Demonstração dos fluxos de caixa relativas ao período de seis meses findo naquela data, e o Anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do IMGA Portuguese Corporate Debt - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto, gerido pela IM Gestão de Ativos, Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. em 30 de junho de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período de seis meses findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes do OIC nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Responsabilidades do órgão de gestão e órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Entidade Gestora é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do OIC de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários;
- elaboração do Relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do OIC de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Entidade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do OIC.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade Gestora do OIC;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão da Entidade Gestora do OIC;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão da Entidade Gestora do OIC, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do OIC para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o OIC descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com os encarregados da governação da Entidade Gestora do OIC, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora do OIC, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## **Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares**

### **Sobre o Relatório de gestão**

Em nossa opinião, o Relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o OIC, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 27 de agosto de 2025



---

**Forvis Mazars & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A**

Representada por Pedro Miguel Pires de Jesus (Revisor Oficial de Contas n.º 1930 e registado na CMVM com o n.º 20190019)